



PARECER PRÉVIO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11463/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** João Ocivaldo Batista de Amorim (Prefeito Municipal)
- 6- **Advogado:** Tayanna Bahia Costa - OAB/AM N. 7656, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM N. 9032, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM N. 6935, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975, Caroline Mota Vieira - OAB/AM N. 10505, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM N. 4514, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Thara Natacha Calegari Carioca - OAB/AM 8.456, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM N. 540-A e Leandro Souza Benevides - OAB/AM N. 491-A
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2608/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2015.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a desaprovação das contas anuais.

10- PARECER PRÉVIO:

O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts.1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **à unanimidade**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a desaprovação** das contas anuais do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama, no exercício de 2015, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.

11- **Ata:** 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 12 de Dezembro de 2018



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

PARECER PRÉVIO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS

Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO

Conselheiro

JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA FILHO

Conselheiro

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro

MÁRIO JOSÉ DE MORAES COSTA FILHO

Conselheiro-Convocado

JOÃO BARROSO DE SOUZA

Procurador-Geral



ACÓRDÃO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 59/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 1- **Processo TCE - AM nº 11463/2016.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Canutama
- 4- **Exercício:** 2015
- 5- **Responsável:** João Ocivaldo Batista de Amorim (Ordenador de Despesa)
- 6- **Advogado:** Tayanna Bahia Costa - OAB/AM N. 7656, Amanda Gouveia Moura - OAB/AM 7.222, Fábio Nunes Bandeira de Melo - OAB/AM n.º 4.331, Taíse dos Santos Justiniano - OAB/AM N. 9032, Pedro de Araújo Ribeiro - OAB/AM N. 6935, Bruno Vieira da Rocha Barbirato - OAB/AM n.º 6.975, Caroline Mota Vieira - OAB/AM N. 10505, Livia Rocha Brito - OAB/AM 6.474, Bruno Giotto Gavinho Frota - OAB/AM N. 4514, Márcia Caroline Mileo Laredo - OAB/AM 8.936, Thara Natacha Calegari Carioca - OAB/AM 8.456, Paulo Victor Vieira da Rocha - OAB/AM N. 540-A e Leandro Souza Benevides - OAB/AM N. 491-A
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP e DICAMI
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2608/2017-DMP, Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. . Prefeitura Municipal de Canutama. Exercício de 2015.

Irregularidade. Determinação. Multa. Alcance. Comunicação. Recomendação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama, no exercício de 2015, nos termos do art. 22, inciso III, “b” e “c” c/c o art. 25, ambos da Lei nº 2423/96.
- 10.2. **Determinar à Câmara Municipal de Canutama**, o cumprimento do art. 127, §§ 5º, 6º e 7º da Constituição do Estado do Amazonas, **em especial o prazo de 60 (sessenta) dias** para o julgamento das contas do **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama no exercício de 2015.



ACÓRDÃO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 59/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

10.3. Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim no valor de R\$ 1.096,03 (Hum mil e noventa e seis reais e três centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pela não alimentação no sistema E-Contas dos atos jurídicos (Termos de Contratos, Convênios e Licitações), conforme restrição 2 do Relatório Conclusivo nº 48/2017- DICAMI (fls. 5480/5522), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

a) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.4. Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim no valor de R\$ 2.192,06 (Dois mil, cento e noventa e dois reais e seis centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo atraso no envio do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao 1º semestre, conforme item 12 do Relatório nº 89/2016 - DICREA (fls. 279/297), e ao 2º semestre, conforme restrição 22 "e" do Relatório Conclusivo nº 48/2017 - DICAMI (fls. 5480/5522), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

a) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.5. Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim no valor de R\$ 6.576,18 (Seis mil, quinhentos e setenta e seis reais e dezoito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo atraso no envio dos Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária relativos ao 1º, 2º e 6º bimestres, conforme restrição 22 "a" e "b" do Relatório Conclusivo nº 48/2017 - DICAMI (fls. 5480/5522), e ao 3º, 4º, 5º bimestres conforme item 11 do Relatório nº 89/2016 – DICREA (fls. 279/297), com base no art. 308, II da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

a) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido



ACÓRDÃO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 59/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.6. Aplicar Multa ao Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim no valor de R\$ 43.841,28 (Quarenta e três mil, oitocentos e quarenta e um reais e vinte e oito centavos) que devem ser recolhidos na esfera Estadual para o órgão Encargos Gerais do Estado - SEFAZ, pelo conjunto das seguintes impropriedades:

- item 13 do Relatório 89/2016 - DICREA (fls. 279/297).
- subitem 7.1 e subitens 7.1.1.1.1; 7.1.1.1.2; 7.1.2.1; 7.1.3.1; 7.1.3.2; 7.1.4.3; 7.1.4.4; 7.1.4.5; 7.1.4.6; 7.1.4.7 e 7.1.5.1 da Carta-Contrato 096/2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- subitem 7.6 e subitens 7.6.1.1.1; 7.6.1.1.2; 7.6.2.1; 7.6.2.2; 7.6.3.1; 7.6.3.2; 7.6.4.1; 7.6.4.2; 7.6.4.3; 7.6.4.4; 7.6.4.5; 7.6.4.6; 7.6.4.7 e 7.6.5.1 da Carta-Contrato 050/2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- subitem 7.7 e subitens 7.7.1.1.1; 7.7.1.1.2; 7.7.3.1; 7.7.3.2; 7.7.4.2; 7.7.4.3; 7.7.4.5; 7.7.4.7 e 7.7.5.1 da Carta-Contrato 140/2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- subitem 7.9 e subitens 7.9.1.1.1; 7.9.1.1.2; 7.9.3.1; 7.9.3.2; 7.9.4.3; 7.9.4.4; 7.9.4.6; 7.9.4.9 e 7.9.5.1 da Carta-Contrato 141/2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- subitem 7.10 e subitens 7.10.1.1.1; 7.10.1.1.2; 7.10.3.1; 7.10.3.2; 7.10.4.2; 7.10.4.3; 7.10.4.5 e 7.10.4.8 da Carta-Contrato 042/2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- subitem 7.11 e subitens 7.11.1.1.1; 7.11.1.1.2; 7.11.2.1; 7.11.2.3; 7.11.2.4; 7.11.2.5; 7.11.2.6; 7.11.2.7; 7.11.2.8; 7.11.2.9 e 7.11.3.1 das Notas de Empenho 236, 664, 832, 1201, 1270 e 3809 de 2015 do Relatório Conclusivo nº 343/2016 - DICOP (fls. 5364/5479);
- restrições 1; 4; 5; 6; 10; 12; 13; 14 "a"; 14 "b"; 15; 17 com os subitens 17.1, 17.2, 17.3, 17.4, 17.5, 17.6; 18 com os subitens 18.1, 18.2, 18.3; 19 com os subitens 19.1, 19.2; 21; 22 "c"; 22 "d"; 22 "f" e 23 apontadas no Relatório Conclusivo nº 48/2017-DICAMI (fls. 5480/5522) e no Parecer nº 2608/2017-DMP-MPC-FCVM (fls. 5523/5576), por grave infração à norma legal, conforme disposto no art. 308, VI da



ACÓRDÃO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 59/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

Resolução 04/2002 – TCE/AM.

a) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito da Dívida Ativa pela Fazenda Estadual, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.7. Considerar em Alcançe o Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim no valor de **R\$ 127.573,10** (Cento e vinte e sete mil, quinhentos e setenta e três reais e dez centavos) que devem ser recolhidos na esfera Municipal para o órgão Prefeitura Municipal de Canutama, pelos subitens 7.3 (cujo valor é de R\$ 14.490,00), 7.8 (cujo valor é de R\$ 7.189,44) e 7.12 (cujo valor é de R\$ 105.893,66) do Relatório Conclusivo nº 343/2016- DICOP (fls.5364/5479) pela não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos.

a) O recolhimento deve ser feito no prazo de 30 dias nos termos do art. 72, inciso III, “a” da Lei 2423/96 c/c o art. 174 da Resolução 04/2002 – TCE/AM. Caso o valor da referida condenação não venha a ser recolhido dentro do prazo estabelecido, autorize a inscrição do débito na Dívida Ativa pela Fazenda Municipal, bem como a instauração de cobrança executiva, em consonância com o art. 73 da Lei 2423/96 c/c os arts. 169, II, art. 173 e art. 308, §6º todos da Resolução 04/2002 – TCE/AM.

10.8. Comunicar à Prefeitura Municipal de Canutama para que inicie os devidos procedimentos para a devolução imediata aos cofres municipais, tendo em vista que, no julgamento das contas do gestor, o Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim, Prefeito Municipal de Canutama, foi julgado em alcançe conforme o item 8 do Voto.

10.9. Recomendar ao **Sr. João Ocivaldo Batista de Amorim**, Prefeito Municipal de Canutama, quanto aos subitens 7.2, 7.4 e 7.5 com seus respectivos subitens do Relatório Conclusivo nº 343/2016- DICOP (fls.5364/5479), a fim de que observe com maior rigor o cumprimento da Lei 8.666/93 e atente ao envio de defesa/justificativa aos questionamentos levantados pela Unidade Técnica no intuito de esclarecer e sanear as impropriedades.

11- Ata: 42ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 12 de Dezembro de 2018



ACÓRDÃO Nº 59/2018 – TCE – TRIBUNAL PLENO
(parte integrante do Parecer Prévio nº 59/2018 – TCE – Tribunal Pleno)

- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Josué Cláudio de Souza Filho, Mario Manoel Coelho de Mello e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JULIO CABRAL
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral